

Periferias Sociais e Fenómeno Droga

Luís Fernandes

RESUMO: Este artigo propõe uma leitura dos lugares a que o discurso mediático chama “hipermercados das drogas” enquanto adaptações ecológicas das drogas aos contextos urbanos. Estas adaptações têm uma expressão territorial - designamo-la por território psicotrópico e procedemos à descrição das suas características principais, tendo como base empírica o trabalho de campo etnográfico levado a cabo em bairros sociais do Porto. Sugerimos ainda a leitura do território psicotrópico à luz do conceito de cenário de conduta estabelecido pela psicologia ecológica e situamo-lo na continuidade histórica dos “lugares perigosos”, figura do urbano construída ao longo da modernidade.

RÉSUMÉ: Cet article propose une perception des lieux désignés par les medias d’“hypermachés des drogues” en tant qu’adaptations ecologiques des substances aux contextes urbains. Ces adaptations ont une expression territoriale - on l’appelle de territoire psychotropique et ont fait la description de leur principales caractéristiques, ayant comme base empyrique le travail ethnographique sur le terrain effectué chez des quartiers sociaux au Porto. Nous suggerons encore la perception du territoire psychotropique à la lumière du concept de décor de conduite établi par la psychologie ecologique et nous la plaçons dans la continuité historique des “places dangereuses”, figure de l’urbain construite tout au long de la modernité.

ABSTRACT: This article presents the places the media name “drugs supermarkets” as ecological adaptations of drugs to urban contexts. These adaptations have a territorial manifestation - we call it psychotropic territory, and describe its main characteristics on the basis of ethnographic fieldwork carried out in council estates in Porto. It is suggested that the psychotropic territory be considered under the light of the notion of behaviour setting established by ecological psychology, and it is placed in the historical continuity of the “dangerous places”, an urban dimension built throughout modernity.

A produção de dicotomias como forma de organizar a experiência heterogénea do urbano é um processo já antigo: ao longo do século XIX desenvolvem-se os binómios antagónicos classes laboriosas/classes perigosas, “*great and good*”/“*great unwashed*”, cidade burguesa/cidade operária...

A metrópole, contentor grande e diverso de sítios e gentes, era representada literariamente como “um lugar escuro, poderoso e sedutor, como um labirinto” (Graham & Clarke, 1996); e, se a cidade medieval traduzia uma certa utopia na sua própria organização topográfica, sendo um

espaço regrado e expulsando a desordem para fora de portas, a cidade moderna torna-se o símbolo da distopia (Cohen, 1988), sítio que promete aventura mas que convida perigos e medos. A criminalidade nas grandes cidades é muito maior, mesmo na ausência de malfeitores de profissão e “entre as gentes que permaneceriam calmas e honestas se vissem longe dos lugares passionais que são as grandes cidades cosmopolitas”; explicitando melhor, “[nas cidades] todas as causas, numa palavra, se reúnem para fazer nascer os vícios e agudizar as paixões, provocando a criminalidade” (Lanessan, 1910).

Organizem-se em torno do espaço ou dos grupos que o habitam, as dicotomias traduzem sempre uma problemática de inclusão/exclusão: o East End londrino era um lugar à parte, habitado pelo “resíduo social”, “Meca dos dissolutos” (Graham & Clarke, 1996). E na Paris do início do século, “existe em cada bairro um certo número de profissionais do crime e do vício que consideram o bairro como um terreno de caça, que lhes pertence, não permitindo a outros estabelecer-se lá” (Lanessan, 1910). A dissocialidade põe em jogo um actor social *outsider* - um “outro” separado da vida corrente, que habita mundos sociais em corte com a lógica urbana valorizada. A noção de marginalidade recobre actualmente esta dispersão de dissocialidades protagonizadas por certos indivíduos, grupos sociais e espaços: o “nómada”, o “*great-unwashed*”, o pária ocioso, as classes perigosas e os “tugúrios” das cidades deram hoje lugar a uma galeria de figuras correspondentes, cumprindo o mesmo papel de catalizadores da transgressão e de figuras do medo.

Neste texto analisaremos os lugares urbanos a que o discurso dominante, através da encenação mediática, chama “hipermercados das drogas”. Situa-los-emos, em primeiro lugar, na continuidade histórica dos lugares da transgressão e do medo; mas procuraremos em seguida discernir o porquê da organização actual do habitualmente designado “mundo da droga” ao nível da rua.

Antes, porém, definamos a estrutura que guiou o trabalho: dum modo breve, tornemos clara a opção por uma dada abordagem, a escolha dos conceitos que nos organizaram o material empírico e o método da sua recolha.

1. Grelha de leitura: abordagem, conceitos e método

Se falamos em grelha de leitura, é porque nos filiamos na posição epistemológica que não vê a ciência como uma linguagem de tradução do real - posição substancialista a que bastaria um procedimento de extracção da verdade geralmente chamado método objectivo para poder conhecer - mas como uma linguagem interpretativa. A mais básica das interpretações vem-nos dada pela forma de olhar. Neste nível primeiro as modalidades de selecção e organização que operam no conjunto infinito das possibilidades perceptivas determina aquilo que pode ser dito. Bachelard ensinou-nos já há muito que o método empírico é uma teoria em estado prático. Ascendendo hierarquicamente nas interpretações,

chegaremos à articulação de séries de conceitos e ao relacionamento do dado empírico com teorias prévias. De tal modo este processo determina daí em diante o olhar que, quando retornamos ao real, é já a teoria que vemos ao surpreendermos as coisas - a teoria, nas suas palavras, realiza o real. Eis porque convém explicitar donde se partiu para a análise, de modo a tornar clara, até ao limite em que é discernível, a linguagem interpretativa com que abordamos o dado social (1).

1.1. A abordagem

Trata-se, como questão de fundo, de situar as drogas no espaço, procurando uma topografia que desconstrua figuras *a priori* e de carácter difuso como “o mundo da droga”, “os sítios das drogas”, “os hipermercados de estupefacientes”... Com efeito, há no falar comum das drogas uma série de alusões espaciais, desde a macro-escala das rotas internacionais e das placas giratórias à micro-escala das áreas urbanas degradadas e das esquinas do tráfico.

Foi precisamente uma abordagem microscópica do espaço que adoptámos: aquela que o define como acessível à experiência pedestre e no qual se desenrolam as interações quotidianas. Podemos chamar-lhe, como fazem os psicólogos ambientais, espaço psicossocial. Distinguem-lhe três dimensões fundamentais: a cognitiva (num bairro social, por ex., corresponde ao reconhecimento pelos residentes das fronteiras externas do bairro, do alojamento, etc.), a afectiva (relaciona-se com o desenvolvimento de vinculações e de identidades espaciais - num bairro social corresponde ao espaço colectivamente identificado) e a avaliativa (refere-se ao estatuto social dum espaço, ao seu nível de segregação ecológica - em geral, à capacidade de avaliar o seu posicionamento, o que no caso de certos bairros “das drogas” faz emergir frequentemente o tema do estigma).

Características físicas e dimensões sociais são, deste modo, indestrinçáveis e sinalizam o valor psicológico dum espaço (Fisher, 1994); quando tomamos em consideração o uso que se faz dum espaço - incluindo aqui um “uso psicológico”, chamemos-lhe - ele converte-se em lugar. E pode ser de tal modo importante para o indivíduo que Proshansky et al (1983) consideram a identidade de lugar uma sub-estrutura da identidade do *self*.

1.2. Os conceitos.

A emergência das subculturas, particularmente as crimi-

nais, é já desde a Escola de Chicago relacionada com a territorialidade. Demonstrámos já noutros trabalhos a validade desta tese: o fenómeno droga na rua organiza-se territorialmente (Fernandes e Agra, 1991; Fernandes, 1997). Precisávamos, agora, de concretizar dum modo mais fino esta territorialidade, mostrando como a subcultura *junkie* pode ser caracterizada através duma matriz espacial - os territórios psicotrópicos.

O tema da territorialidade aparece na psicologia ambiental através duma deslocação conceptual da etologia, que desenvolveu extensamente os conceitos de território, territorialidade e adaptação ecológica.

A biologia define território como uma área importante para os recursos do indivíduo ligando-a a funções de sobrevivência; remete para o binómio intrusão/defesa, que envolve fronteiras e suas marcações. Goffman (cit. por Brown, 1987) propõe uma definição próxima desta: são áreas controladas na base da pertença e exclusividade do uso. Quanto ao estudo da territorialidade, do ponto de vista biológico, direcciona-se a atenção para a demarcação, controle e defesa do espaço: "(...) proponho que qualquer intolerância associada ao espaço seja chamada territorialidade" (Eib-Eibensfeld, 1989). Os sentimentos dos ocupantes ou a avaliação do espaço são alvo de pouca atenção. A definição de territorialidade nos indivíduos humanos parece, à primeira vista, não se afastar muito desta: "Por territorialidade humana quero significar a tentativa de exercer influência ou de controlar acções e interações (de pessoas, coisas e relações) através do controle sobre uma determinada área geográfica" (Sack, cit. por Brown, 1987). No entanto, ela implica a identificação psicológica com o espaço; os territórios são importantes em razão do seu valor simbólico. Estas definições chamam a atenção para os pensamentos e sentimentos dos seus proprietários e para o valor simbólico da personalização, mesmo na ausência física do proprietário. A multiplicidade das disposições territoriais, nas diferentes culturas, sinaliza a capacidade de adaptação ecológica dos indivíduos (Eib-Eibensfeld, 1989).

Os territórios psicotrópicos correspondem também a uma adaptação ecológica das drogas - eis aquilo que procuraremos analisar ao longo do texto.

1.3. O método.

Limitar-nos-emos a nomear o método utilizado na inves-

tigação que temos, desde 1986, vindo a realizar, primeiro centrado nas drogas leves num território localizado no centro histórico do Porto e depois, a partir de 1990, centrado nas drogas duras em territórios de periferia urbana: a etnografia. Noutro artigo desta revista (cf. Fernandes, 1995) desenvolvemos já considerações sobre este método e suas relações com os princípios centrais do interaccionismo simbólico. Este estilo investigativo, fundado numa racionalidade fenomenológica das ciências, está extensamente descrito em obras da especialidade e tem sido aplicado ao campo das drogas, embora dum modo quase marginal se comparado ao volume de trabalhos epidemiológicos, clínicos ou da psicossociologia do inquirido.

Reunamos agora o tipo de abordagem, os conceitos e o método: tratou-se de estudar, recorrendo ao método etnográfico e a princípios centrais do interaccionismo, certos lugares psicossociais das drogas, partindo da ideia de que correspondem à adaptação ecológica de certas drogas ao espaço urbano e ao actual estatuto socio-cultural que as define. Escolhemos, de entre o conjunto possível de lugares, aqueles que fossem representativos daquilo a que se tem chamado "hipermercados das drogas" - lugares urbanos que materializam o estereotipo dominante do "mundo da droga", tal como no-lo revela o discurso mediático (Fernandes & Manita, 1998).

2. Lugares e figuras do medo na modernidade

Ao longo do século XIX, como é sabido da história da psicopatologia, a medicina mental estabeleceu as classificações nosográficas que submeteram a uma mesma racionalidade uma dispersão de entidades mórbidas. A "loucura lúcida" era uma dessas entidades, tendo como característica uma alternância entre o estado de alienação e o estado de sanidade. Não passaria isto duma curiosidade se não colocasse problemas à justiça penal numa época em que as duas principais categorias perigosas - o alienado e o criminoso - eram objecto de diferenciação nos regimes explicativos e nas grelhas interventivas: o "louco lúcido" era responsável pelo acto criminal? No caso de o ser, será condenado. Mas quando deve cumprir a pena? Nos intervalos lúcidos da loucura, determinou o direito penal incorporando na sua prática os ensinamentos das ciências empíricas.

É, pois, a posse da razão que confere responsabilidade ao acto. E há estados muito particulares em que razão e

desrazão alternam, vão e vêm, oscilam e interrompem-se mutuamente. Eis aquilo que une louco-lúcido e toxicodependente num intervalo temporal de cem anos. Em ambos os casos se coloca a questão da atenuação da responsabilidade e da substituição da pena; e em ambos se deve cumprir-la nos intervalos lúcidos da loucura ou da intoxicação: obrigatoriedade de abstinência, tratamento imposto, alas livres de drogas nas prisões.

Aquilo que une estas duas figuras da desordem não é, evidentemente, a semelhança na grelha explicativa, não é uma mesma série de conceitos que lhes conferem existência no domínio da psicopatologia - é, sim, a regularidade histórica que consiste em eleger formas que revestem perigosidade e reclamam defesa social. Neste sentido, tanto o louco lúcido oitocentista como o toxicodependente actual estão na base dum mesmo conjunto de operações: isolar uma entidade a partir duma semiologia, justificar a sua perigosidade a partir de teorias explicativas, determinar a responsabilidade dos seus actos para, finalmente, fixar o seu estatuto jurídico-penal. Estas mesmas operações vieram exercer-se também sobre categorias aparentemente tão afastadas como a infância desprotegida, o alcoólico, o sífilítico ou o pária desordeiro - exercício dum saber-poder que traz à luz uma mesma estratégia de fundo: a defesa social.

A primeira continuidade histórica entre a loucura e a toxicodependência é traçada pela fuga à razão, que no caso da última se exprime pela alteração voluntária da consciência. Cândido Agra disse a propósito dela que “é a primeira forma de loucura investida de desejo na História do ocidente” (Agra, 1982). A segunda, a de ambas serem entidades capturadas pelo sistema de formação de objectos clínicos, cujo modo de operar M. Foucault, ao longo de várias obras, esclareceu exaustivamente. Finalmente, ambas são determinantes na economia dos medos colectivos.

Os medos provocados pela urbe e pelos seus desviantes nada têm de novo. Ao longo do século XIX, o louco, o pária e o ocioso (na linguagem da época), povoavam a galeria dos actores que ameaçavam a ordem: tornavam a cidade insana e insegura. O toxicodependente habita hoje os lugares desta construção histórica. Há uma cidade profunda, sede da *underlife* e dos marginais, que a modernidade sempre temeu. Profunda porque já vem de longe, porque a sua imagem a diz em corte com a cidadania e porque, finalmente, existe no fundo do nosso medo. Projectamos os medos interiores numa causa óbvia - a marginalidade

urbana - e desenvolvemos estratégias de defesa social cuja gestão produz saberes e poderes sobre os comportamentos desviantes. O toxicodependente, nas suas várias versões desqualificadas - delincente, *dealer*, arrumador, prostituto/a... - é a nova matéria-prima do “resíduo social”, termo que no século XIX designava aqueles que, nas margens, perturbavam a lógica ordenada do progresso.

Os grandes analistas da vida urbana têm destacado o papel de certas zonas, seja na economia dos medos colectivos, seja na génese de comportamentos desviantes. Mayhew, verdadeiro pioneiro daquilo que, a partir da Escola de Chicago, se viria a constituir como etnografia urbana, afirmou: “Ao traçarmos a geografia de um rio é interessante ir à sua fonte, possivelmente uma pequena nascente situada numa rocha fendida num pequeno vale de uma montanha. Seguimos as suas curvas, observando o modo como cada afluente corre para a torrente central até descarregar as águas no mar. Procedemos de modo similar com os ladrões e vigaristas da metrópole”. (Mayhew, 1864). Robert Park, um dos fundadores da sociologia urbana e principal figura da Escola de Chicago, não traça um retrato mais optimista: “Tal como aqueles que as estudaram já sabem, as nossas grandes cidades estão cheias de lixo, muito dele humano; isto é, de homens e mulheres que, por um motivo ou outro, deixaram de acompanhar a marcha do progresso industrial e foram inutilizados pela organização industrial de que um dia fizeram parte” (Park, 1925).

3. As drogas duras nos bairros sociais

Certos bairros sociais de periferia são os lugares mais conotados com as actividades e os actores das drogas duras. Se o *junkie* se inscreve na continuidade histórica das figuras do medo, reactivando uma múltipla ameaça que se estende desde a saúde à esfera laboral, desde a indisciplina e a incivilidade à acção criminosa, o bairro social degradado parece herdar a função dos antigos “lugares perigosos”. Há, evidentemente, descontinuidades entre antepassados históricos e suas versões modernas. Mas no que queremos aqui insistir é precisamente na persistência dos temas do medo, da insegurança, da ameaça urbana, construídos a partir de certas figuras e lugares da margem. Não pode senão provocar-nos um perturbante questionamento a descrição do vagabundo londrino feita pelo já referido Mayhew: “O nómada distingue-se do homem civilizado

pela sua repugnância pelo trabalho regular e contínuo; pelo seu desejo de apelar à Providência sem criar reservas para o seu futuro; pela sua inabilidade para perceber consequências além daquilo que imediatamente o preocupa; pela paixão por ervas e raízes estupefacientes ou por licores fermentados intoxicantes, pelo amor imoderado ao jogo, pelo amor por danças libidinosas, pelo prazer em desportos perigosos, pelo desejo de vingança, pela perda de noções de propriedade, pela ausência de castidade entre as mulheres e pelo desprezo pela honra feminina” (Mayhew em 1851, cit. por Graham e Clarke, 1996).

Os bairros sociais ditos “das drogas” trazem concerteza novidade enquanto fenómeno. Em primeiro lugar, a própria morfo-tipologia é relativamente recente em relação ao recuo temporal que fizemos; em segundo, o mercado psicotrópico é também um novo concentrador ecológico de desvio - mas ambos se inscrevem numa mesma economia urbana que já vem de longe.

O trabalho etnográfico levado a cabo nos “hipermercados das drogas” permitiu-nos chegar a uma regularidade abstractiva: o território psicotrópico. Se o “hipermercado da droga” definia uma relação de exterioridade (o “mundo da droga” é ali, diz o rumor colectivo, topologizando a transgressão, assinalando um foco que forneça um referencial aos medos colectivos), o território psicotrópico, ao invés, instaura uma relação em que o transaccional substitui a exterioridade. Poderíamos ilustrar o seu carácter transaccional falando do modo de apreensão do dado: pela interacção directa com os actores das drogas - no limite, pela observação participante, em vez da sua apreensão mediada pelos dispositivos clínico ou judicial (na investigação científica) ou pelas imagens apelativas da encenação mediática (no senso-comum). Naturalizar um lugar habitualmente visto como excepção, devolvê-lo a uma dada lógica do funcionamento social, eis a possibilidade que abre o olhar etnográfico.

Precisemos agora o que procuramos encerrar na designação de território psicotrópico. Em seguida, partindo do princípio bem estabelecido de que os distintos funcionamentos territoriais correspondem a diferentes modalidades adaptativas, procuremos responder à questão: a que se adapta um território psicotrópico?

3.1. O território psicotrópico

Resumiremos em poucas proposições o volume extenso e

o pormenor descritivo intenso das notas de terreno. Da sobreposição lenta do material de observação, da análise dos discursos recolhidos dos actores sociais, constroi-se agora um algoritmo: esquema que, como nos algoritmos algébricos, permita resolver a dispersão dos dados.

Um território psicotrópico é um atractor de indivíduos que têm interesses em torno das drogas. Torna-se possível esclarecer empiricamente o grau do seu poder atractor: desde a qualidade do produto à segurança na transacção (em relação quer à polícia quer a contactos indesejáveis com outros actores das drogas), passando pelo próprio *marketing* involuntário que a comunicação social realiza...

Os indivíduos participam nele de acordo com um programa comportamental orientado para os aspectos instrumentais essenciais para um estilo de vida que tenha as drogas como dimensão central. Pode conceptualizar-se enquanto cenário de conduta, pelo menos no sentido em que é um sistema social de pequena escala, em que dispõe de um programa comportamental e em que, nele, os indivíduos são anónimos equipotenciais (se substituirmos uns por outros que interpretem o lugar como atractor pelas mesmas razões, o programa comportamental mantém-se. É por esta razão que um qualquer território psicotrópico permite a um qualquer *junkie* que não o conheça previamente realizar os comportamentos centrais do seu *way-of-life*) (2).

Um território psicotrópico é também um lugar convivial. É este um outro modo de dizer que o estilo *junkie* não se esgota na relação com uma substância, é também uma organização existencial (3). As características comunicacionais fundamentais do território psicotrópico têm dois regimes: o distendido e o tensional. O primeiro ocorre quando os actores não estão envolvidos em nenhum comportamento direccionado pela droga (vender, procurar quem vende ou quem vai fumar, etc.), funcionando como um grupo que, simplesmente, ocupa o tempo livre; o segundo ocorre durante as actividades em torno das drogas: o tempo contrai-se e avança rápido, os contactos desdobram-se, a comunicação é dirigida e breve, minimal e eficaz. O programa comportamental inclui uma série de gestos e de idas e vindas e o plano não-verbal, ou um plano verbal assente nas meias-palavras, são a base interactiva. A utilização dum vocabulário subcultural e de metáforas elaboradas têm, nestes momentos, a sua plena expressão, ajudando a configurar o território como um interstício de espaço: interstício não apenas físico (espaço

marginal, arredado da cidade dominante, sítio abrigado ou oculto entre lugares bem delimitados, zonas de bastidores - como lhes chamava Goffman) mas também semântico. É esta fronteira, à uma espacial e simbólica, que cria a distância a que decorre o "mundo da droga", mesmo quando está a poucos metros... É também ela que permite a dois *junkies* combinarem entre si uma série de acções sem que o profano, pensando que viu e ouviu, se aperceba do essencial (4).

A mobilidade de que o território psicotrópico é capaz, fruto da resposta às ameaças externas que lhe são dirigidas, configura-o como território interactivo ou portátil (Brown, 1987): mais do que proteger um espaço, ele visa proteger interacções. Finalmente, ele é o elo último da máquina de distribuição das drogas, sendo também aquele que lhe dá uma visibilidade concreta, ou seja, é o conjunto dos territórios psicotrópicos que materializa essa entidade abstracta do "mundo da droga" fornecendo-lhe, juntamente com a figura individual do toxicómano, os elementos de que se compõe o estereótipo.

3.2. A tripla adaptação do território psicotrópico.

O território psicotrópico tal como acabámos de o descrever corresponde a um modo de existência das drogas na cidade. E, dado que tem demonstrado resistência às tentativas de o suprimir, logrando até proliferar e fortalecer-se em quantidade (número total de territórios psicotrópicos) e em qualidade (por exemplo, incorporou recentemente mais uma substância na sua oferta - a base de coca), é verosímil pensar-se que corresponde a uma adaptação ecológica das drogas, no sentido em que a definimos na secção 1.

A que se adaptam elas, então? Deixaremos apenas aberta uma sugestão de resposta, tal como no-la permite esboçar o trabalho empírico.

a) a adaptação económica.

Não insistiremos sobre um dado adquirido: os bairros sociais ditos das drogas são áreas de grande precaridade económica, habitados por grupos vulnerabilizados à pobreza ou em situação de pobreza efectiva (cf., apenas para o contexto português, Cardoso, 1993; Cabeçadas, 1994; Ferreira de Almeida e col., 1992). (5)

O território psicotrópico, enquanto promotor de trocas negociais locais, faz emergir uma economia de interstício de grande valor instrumental numa zona que é, justa-

mente, espaço intersticial. Esta vertente económica não deve ser reduzida ao aspecto financeiro, pois cumpre funções ao nível da ocupação, da organização de actividades locais e da criação de vínculos sociais.

A periferização económica e laboral torna muito mais provável aderir nestes lugares às actividades do comércio de rua das drogas do que noutras zonas da cidade (6). Mas por que não se fixa então em qualquer sítio pobre ou vulnerabilizado? Porque o espaço tem de cumprir alguns requisitos - tem de ser favorável a uma adaptação ecológica.

b) a adaptação ecológica.

Tal como na alínea anterior não insistimos no tema do estatuto das periferias sociais, não insistiremos também agora sobre o do estatuto das drogas ilícitas. Seria todo um percurso pela história política das drogas e pela repercussão da criminalização sobre certos indivíduos e grupos sociais - chegaríamos ainda às já clássicas teses da diabolização, do estigma, da problematização do prazer...

Interessa reter, para os nossos propósitos, que aquilo que é reprimido procura escapar, construindo um modo de existência resistente à pressão externa. Ora, aquilo que as estratégias do "combate à droga" provocaram foi, adoptando uma linguagem militar, o recuo do inimigo para zonas de muito mais difícil ataque. A dificuldade é em primeiro lugar provocada pela própria localização do reduto: em zonas já previamente resistentes à normalização através dos dispositivos educativos (família, escola), medico-sanitários ou laborais - enfim, o tema da periferia social lugar de défices, reactiva por reacção às lógicas sociais dominantes.

Esta localização é também periférica do ponto de vista físico: o bairro social "das drogas" está em descon-tinuidade morfo-tipológica com a sua envolvente urbana, tornando-se mais apto à constituição de espaços intersticiais, onde as apropriações marginais podem construir territórios e vigiá-los eficazmente. O território psicotrópico, procurando para a sua fixação zonas intersticiais do espaço urbano, revela a adaptação ecológica ao estatuto de transgressão que têm hoje as drogas. O controle social externo está, deste modo, enfraquecido nestas áreas - e a própria imagem estigmatizada que possuem, contribuindo para a clivagem normal/desviante, enfraquece-o ainda mais.

A vida social paralela (Fisher, 1994) que se organiza nesta matriz territorial produz curiosos fenómenos: invertendo as esferas pública e privada, permite usar espaços públicos para

fins convencionalmente privados (por ex.: injectar heroína, fumar charros à entrada do bloco...) e espaços privados para fins convencionalmente públicos (por ex.: apartamentos "de porta aberta" para actividades de compra e venda psicotrópica). A possibilidade de exercer este tipo de função e controlos territoriais faz dos territórios psicotrópicos zonas de potenciação ecológica da subcultura *junkie* de rua.

c) a adaptação psicológica.

A tradição etnográfica no estudo do comportamento desviante tem dado atenção, nas últimas 3 décadas, à subcultura de rua das drogas duras. Referimos já o estudo de Preble e Casey (1969). Por seu lado, R. Ingold, ao longo dos anos 80 e em França, destacou a importância das relações no grupo *junkie* e salientou a dimensão da dependência económica, obrigando a rever noções estritamente bio-médicas do fenómeno adictivo (cf., por ex., Ingold, 1984). Romani e Funes (1985) e Pallarés (1997) analisaram os percursos existenciais e os estilos de vida *junkie* em Espanha; nas pesquisas do Centro de Ciências do Comportamento Desviante (Fernandes & Agra, 1991; Fernandes, 1993, 1997) demos particular atenção quer à subcultura que funciona em torno dos mercados, caracterizando os seus dois principais actores - *dealer* e *junkie* - quer procurando o sentido da psicoactividade no discurso dos seus actores - algo que utilizasse à luz dos princípios da fenomenologia o discurso directo das drogas.

Recuaremos ao significado da palavra "*ghetto*" ao procurar saber a que se adapta o *junkie* dos territórios psicotrópicos que descrevemos. Não é a hipótese de fuga a uma realidade, mas a da sintonia entre indivíduos e um dado contexto, aquela que nos guia quando dizemos que há correspondência entre "*ghetto*" e "estado da heroína".

Louis Wirth, no clássico "The Ghetto" (1928) da Escola de Chicago, assinala a antiguidade do termo, que poderá vir do hebreu "*get*", que quer dizer divórcio, ou dum termo dos judeus italianos, "*borghetto*", ou pequeno quarteirão. Designa, na Europa medieval, os lugares de segregação dos judeus em relação ao resto da população (e Wirth refere mesmo as judiarias em Portugal). Nos E.U.A., surge ligado às áreas das cidades onde o emigrante encontrava o seu refúgio ao chegar - generalização, portanto, dos quarteirões habitados por judeus, ou "*ghettos*". O "*ghetto*" aparece, pois, como "um caso prolongado de isolamento social, (...) forma histórica de negociar com

uma minoria discordante da população alargada, (...) funcionando administrativamente como uma forma de controle" (Wirth, 1928). Faz ainda uma afirmação que para a nossa hipótese é essencial: "o *ghetto* não é só um espaço físico mas um estado da mente".

Ora, o "estado da heroína" tem como um dos seus elementos fundamentais, precisamente, um dado "estado da mente" (embora não deva ser reduzido a ele). Falamos em "estado da heroína" por analogia com o "estado da marijuana", com o qual H. Becker (1963) designava o indivíduo no estágio mais avançado da carreira de fumador de marijuana. No "estado da heroína", a vida tal como a conhecemos - sem alteração psicotrópica da consciência - é um intervalo indesejável, que se quer curto e passageiro. O "estado da heroína" é a fruição da narcose opiácea, uma vivência tão vedada à descrição pelas palavras como o transe, a revelação ou o orgasmo - lugar psíquico onde o especialista das drogas fica tão inexpressivo como o sexólogo quando tenta dar notícia intelectual do gozo... (7)

Há, neste género de adicção, uma proposta de anestesia que, num sítio que a cidade afastou e adiou - o "*ghetto*" - permite manter-se afastado e adiado. Na heroína fica sempre tudo para o dia seguinte, graças a uma potente acção sobre o tempo interior - dimensão sobre a qual há uma grande lacuna do saber científico das drogas, coisa que só por si também precisaria de ser explicada... No "estado da heroína" a realidade que pesa não pesa - o pesado faz-se leve e o tempo, suspenso, não tortura (8).

Há, pois, no *junkie* vontade de agir sobre as suas circunstâncias. C. da Agra (1991) propôs-lhe uma leitura de sentido que o interpreta como jogo trágico: "[o comportamento toxicod dependente]. É um jogo trágico, antes de mais. Um jogo porque o toxicod dependente estabelece uma relação lúdica de si para si que consiste em tornar-se outro no interior e a partir de si mesmo, trágico porque este jogo se limita à perda de si enquanto actor e à perda do outro que ele se queria. Eis uma vontade de se auto-produzir, de se auto-criar, de se tornar um sujeito autopoietico cujos processos conduzem ao seu contrário, à auto-destruição, ao buraco negro auto-destrutivo. Neste sentido, o comportamento toxicomaníaco compreende uma visão positiva, um trabalho de transformação sobre as suas circunstâncias actuais, cuja lógica e meios o traem. A tragédia do jogo toxicomaníaco advém-lhe do seu carácter contraditório."

Enfim, o "estado da heroína" é uma das modalidades da

economia psicológica da *ghettização*, uma tentativa de adaptação à ecologia do *ghetto*. As bases de coca, que fazem a sua aparição nestes contextos no início da década de 90, podem introduzir interessantes potencialidades neste processo: à mera narcose que fez já de há muito apelidar de dormideira a planta do ópio, propõe excessos de arrojo, energia, entusiasmo e optimismo. Administrar sabiamente um equilíbrio entre a posição réptil que imobiliza a realidade e a posição exaltada de quem tem o mundo todo à espera - conquanto que a acção propriamente dita fique para o dia seguinte... - é esta a alquimia que entretém o *junkie* e faz dele, à sua maneira, um especialista das drogas.

4. Nota final

As considerações que acabámos de fazer sobre a adaptação psicológica precisam ainda de ser submetidas, longamente, ao exame crítico da pesquisa. Não deixamos aqui mais do que um esboço breve, algo que funcione como uma sugestão ou um caminho que possa seguir-se. Fundamo-lo não na sedução de algum devaneio mas na indução do dado empírico (tomamos novamente a linguagem de Bachelard), tal como o fomos recolhendo com os actores dos territórios psicotrópicos. Avançaremos, portanto, na pesquisa do sentido da psicoactividade para o sujeito - determinar o ponto em que ela se inscreve nas circunstâncias da sua vida, aquilo que promete e potencia, aquilo que bloqueia e destrói. Que diálogo entre o indivíduo e o mundo é mediado pelo psi-

cotropismo? Eis aquilo que é preciso aprofundar.

Trata-se dum retorno ao plano psicológico, coisa que normalmente não interessa directamente ao etnógrafo urbano. Mas faremos ainda como o etnógrafo quando invertemos o ponto de vista dominante, procurando o ângulo que mais dificilmente se oferece ao olhar: se a droga, nas impressões primeiras próprias do senso comum, é sempre sinal de desadaptação, que podemos dizer acerca dela enquanto adaptação?

É este um modo de submeter o plano psicológico a uma dimensão antropológica. Deslocaremos, assim, este plano da região em que normalmente tem sido inscrito: a dum revelador das relações entre a patologia e a normalidade. Na clínica do comportamneto adictivo tem equivalido isso a inscrever as condutas psicoactivas no rol das entidades mórbidas, o que no filtro redutor do senso-comum se traduz na definição do "drogado" como indivíduo doente. Mais do que da toxicodependência, trata-se de explorar a psicoactividade, situando o plano psicológico numa dimensão antropológica onde seja revelador das relações do homem com a sua cultura, e particularmente com os seus modos de organizar a existência nos contextos complexos da cultura urbana. ■

Luis Fernandes
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade do Porto
R. Campo Alegre, 1055 - 4150 Porto

NOTAS

- (1) Partimos aqui da concepção de ciência como jogo de linguagem proposta por Lyotard, ao retomar este conceito de Wittgenstein (cf. Fernandes, 1997).
- (2) Para o aprofundamento do conceito de cenário de conduta, que nos limitamos aqui a aplicar à expressão territorial do fenómeno droga, ver Wicker (1987); para a sua aplicação aos espaços do comportamento desviante e do medo do crime, ver Nasar e Fisher (1993).
- (3) Esta constatação é já antiga: um trabalho etnográfico clássico sobre a heroína na rua, "Taking Care of Business", de Preble e Casey (1969), afirmava que a adicção não será tanto ao produto psicoactivo como ao estilo de vida *junkie*, e que o consumo não deve ser encarado como um mero escape à realidade, antes implicando uma série de actividades que equiparam a iniciativa do *junkie* à iniciativa de um qualquer empresário.
- (4) A comunicação *junkie* não é menos elaborada do que a dos clínicos das drogas, pelo menos na mistificação que produz junto do profano.
- (5) No bairro em que desenvolvemos actualmente investigação a taxa de desemprego é de cerca de 20% contra cerca de 6% para a cidade do Porto e as economias informais, com o mercado psicotrópico como a mais importante, têm um grande peso como estratégia de vida local.
- (6) Para um excelente ensaio sobre a economia das drogas em periferias sociais, levado a cabo com investigação etnográfica, remetemos para Bourgois, 1996. Para o aprofundamento da investigação que temos actualmente em curso, em que são pormenorizados os diferentes aspectos da economia subterrânea das drogas, cf. Fernandes & Neves (1998) e Neves (1997). À luz deste tipo de investigações resulta fácil perceber o total fracasso das estratégias clássicas que visam a redução da oferta no "combate à droga"...
- (7) A literatura, que dispõe de liberdade discursiva e não necessita de validar o que diz, tem chegado muito mais perto destas experiências, à uma corporais e mentais, do que a ciência. Dispensamo-nos aqui de referir os clássicos e remetemos para o recente *Trainspotting*, de Irvine Welsh.
- (8) A literatura desceu já fundo na exploração daquilo que é pesado e daquilo que é leve na existência humana. E Kundera, em *A Insustentável Leveza do Ser*, faz-nos saber que a leveza é a sensação que invade a relação escondida dos amantes, ou a relação descomprometida daqueles que só se encontram para se entregarem ao gozo. Ora, a heroína é representada muitas vezes como amante, tanto na música e na literatura como no discurso dos *junkies*.

B I B L I O G R A F I A

- AGRA, C. da (1982) "A toxicomania: desordens bioquímicas e ordem social". *Psicologia*, III, 3/4, 71-88.
- AGRA, C. da (1991) *Sujet autopoïétique et toxicodépendance*. Não publicado.
- ALMEIDA, J. F. et al (1992) *Exclusão Social - factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras : Celta Editora.
- BECKER, H. (1963) *Outsiders - studies in the sociology of deviance*, Nova Iorque: The Free Press.
- BOURGOIS, P. (1996) *In Search of Respect - selling crack in El Barrio*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BROWN, B. (1987) "Territoriality". In Stokols, D. & Altman, I. (orgs.) *Handbook of Environmental Psychology*, E.U.A.: John Wiley and Sons.
- CABEÇADAS, H. (1994) "A prevenção das toxicodependências em contexto pluricultural: factores de risco e factores de equilíbrio nas comunidades Cabo-Verdianas imigradas em Portugal", *Antropologia Portuguesa*, 12, 137-153.
- CARDOSO, A. (1993) *A Outra Face da Cidade: pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Lisboa: C.M.P.
- COHEN, S. (1988) *Visiones de Control Social*, Barcelona: PPU Editores.
- EIB-EIBENSFELDT, I. (1989) *Human Etology*, Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- FERNANDES, L. & AGRA, C. da (1991) *Uma Topografia Urbana das Drogas - estudo exploratório no Porto*, Lisboa: GPCCD.
- FERNANDES, L. (1995) "O sítio das drogas - etnografia urbana dos territórios psicotrópicos", *Toxicodependências*, 2, 22-32.
- FERNANDES, L. (1997) *Actores e Territórios Psicotrópicos - etnografia das drogas numa periferia urbana*. Tese de doutoramento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Não Publicado.
- FERNANDES, L. & MANITA, C. (1998) "Imagens da desviância: droga, insegurança urbana e criminalidade na imprensa". No prelo.
- FERNANDES, L. & NEVES, T. (1998) *Periferias urbanas, sentimento de insegurança e controlo social*. Instituto de Ciências do Comportamento Desviante: relatório duma investigação sobre insegurança urbana no Porto (não publicado).
- FISCHER, G. (1994) *Psicologia Social do Ambiente*, Lisboa: Instituto Piaget.
- GRAHAM, P. & CLARKE, J. (1996) "Dangerous places: crime and the city". In Muncie, J. & MacLaughlin, E. (orgs.) *The Problem of Crime*, Londres: Sage.
- INGOLD, R. (1984) "La dépendance économique chez les héroïnomanes". *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 3, 331-338.
- LANESSAN, J.-L. (1910) *La Lutte Contre le Crime*, Paris: Felix Alvan.
- MAYHEW, H. (1968) *London Labour and the London Poor* (vol. IV), Nova Iorque: Dover. Originalmente publicado em 1864.
- NASAR, J. & FISCHER, B. (1993) "'Hot spots' of fear and crime: a multi-method investigation", *Journal of Environmental Psychology*, 13, 187-206.
- NEVES, T. (1997) *Lives of Resistance - the drug business, underground economies, and policing*. Tese de mestrado no Goldsmiths' College, Universidade de Londres. Não Publicado.
- ROMANI, O. & FUNES (1985) *Dejar la heroína*, Barcelona: Cruz Roja.
- PALLARÉS, J. (1997) *La Dolça Puntxada de l'Escorpi*, Barcelona:
- PARK, R.; BURGESS, E. & MCKENZIE (1967) *The City*, Chicago: The University of Chicago Press. Originalmente publicado em 1925.
- PREBLE, E. & CASEY, J. (1969) "Taking care of business. The heroin user's life on the streets", *International Journal of the Addictions*, 4, 1, 1-24.
- PROSHANSKY, H.; FABIAN, A. & KAMINOFF, R. (1983) "Place identity: physical world socialization of the self". *Journal of Environmental Psychology*, 3 (1), 57-83.
- WICKER, A. (1987) "Behavior settings reconsidered: temporal stages, resources, internal dynamics, context". In Stokols, D. & Altman, I. (orgs.) *Handbook of Environmental Psychology*, E.U.A.: John Wiley and Sons.
- WIRTH, L. (1928) *The Ghetto*, Chicago: The University of Chicago Press.